

Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Patu
Palácio Sebastião Petronilo de Moura
Gabinete do Prefeito

OFÍCIO Nº 041/2024-PMP/GP.

Patu (RN), 09 de abril de 2024.

A Excelentíssima Senhora
Vereadora LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS
Presidenta da Câmara Municipal de Patu
Rua Doutor José Augusto, Centro, Patu-RN
Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Senhora Presidenta,

Nesse instante remetemos à Câmara Municipal, para apreciação e votação regimentais, o **Projeto de Lei** anexo, que tem a seguinte Ementa: “*Dispõe sobre o Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal no Município de Patu (RN), e dá outras providências.*”

A iniciativa para o desencadeamento do processo legislativo pertence ao Poder Executivo.

Dada a necessidade premente que temos em relação à matéria, **estamos requerendo que o presente Projeto de Lei tramite no regime de urgência especial**, nos termos dos artigos 88, inciso I, e 89, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Esperamos contar com a aprovação da matéria, ao mesmo tempo em que apresentamos votos sinceros de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

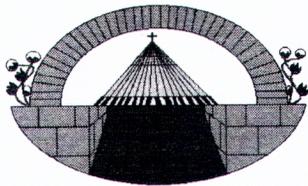

Rivelino Câmara
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE PATU

- Aprovado por Unanimidade
 Aprovado _____ Votos X _____ Votos
 Rejeitado _____ Votos X _____ Votos
 Abstenção _____

Patu-RN, 10 / 04 / 2024

RECEBIDO
EM 09 / 04 / 2024

Estado do Rio Grande do Norte

Prefeitura Municipal de Patu
Palácio Sebastião Petronilo de Moura
Gabinete do Prefeito

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 004/2024

Senhora Presidenta,
Ilustres Vereadores e Vereadoras,

Encaminhamos agora à Casa de Leis do Município o Projeto de Lei anexo, cuja Ementa é esta: *“Dispõe sobre o Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal no Município de Patu (RN), e dá outras providências.”*

Temos a necessidade urgente de melhoramos a nossa legislação específica a respeito do Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal no Município de Patu, para que adequemos o nosso Município às exigências da Lei Federal nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e da Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989.

Trata-se de relevante instrumento de proteção à saúde pública e de respeito ao consumidor.

A competência legislativa está prevista no artigo 23, inciso II, primeira parte, e no artigo 24, incisos V, VIII e XII, parte final, da Constituição Federal.

A iniciativa legislativa para o caso pertence ao Poder Executivo, nos termos dos artigos 21, inciso VIII, e 39, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Patu, e do artigo 94, alíneas “a” e “b”, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Patu.

Dada a necessidade premente que temos em relação à matéria, **estamos requerendo que o presente Projeto de Lei tramite no regime de urgência especial**, nos termos dos artigos 88, inciso I, e 89, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

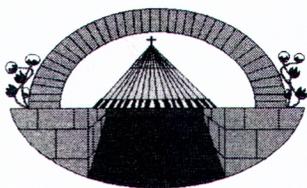
RECEBIDO
EM 09/04/2024

Por tais razões, esperamos que essa douta Casa de Leis aprecie e, em Plenário, aprove a matéria, que, repita-se, deve tramitar em regime de urgência especial.

Atenciosamente,



Rivelino Câmara
Prefeito



Estado do Rio Grande do Norte

Prefeitura Municipal de Patu
Palácio Sebastião Petronilo de Moura
Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº 004/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE PATU

Protocolo pelo Livro 003 às Fls.

Nº 118 sob o Nº 193/24

Patu-RN, 09/04/2024

Dispõe sobre o Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal no Município de Patu (RN), e dá outras providências.

Secretário

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PATU, no uso das suas atribuições constitucionais e legais,

FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE PATU aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei trata do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal do Município de Patu e regula a obrigatoriedade de prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal, produzidos no Município de Patu, destinados ao consumo, com fundamento no artigo 23, inciso II, primeira parte, e no artigo 24, incisos V, VIII e XII, parte final, da Constituição Federal, e em consonância com o disposto na Lei Federal nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e na Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, e dá outras providências.

§ 1º. A inspeção e a fiscalização de que trata esta Lei abrangem os aspectos industrial e sanitário dos produtos de origem animal, comestíveis ou não, através da inspeção ante e *post mortem* dos animais destinados ao abate, bem como o recebimento, a manipulação, o fracionamento, a transformação, a elaboração, a conservação, o acondicionamento, o armazenamento, a embalagem, o depósito, a rotulagem e o trânsito de produtos de origem animal no âmbito do Município de Patu.

§ 2º. A coordenação do Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal do Município de Patu, deverá ser obrigatoriamente, de responsabilidade de médico veterinário.

Art. 2º. São de uso ordinário do Serviço de Inspeção Municipal - SIM legislações específicas, especialmente as publicadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Instituto Nacional de Metrologia,

Normalização e Qualidade Industrial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. Entende-se por legislações específicas os atos publicados ou disponibilizados pelo Poder Legislativo ou pelo Poder Executivo, do âmbito federal ou estadual potiguar, ou por outras entidades oficiais, contendo regras, normas complementares ou descrições relacionadas com o conteúdo dessa Lei.

Art. 3º. Ficam sujeitos à inspeção, à reinspeção e à fiscalização previstas nesta Lei:

I - os animais destinados ao abate, seus produtos, subprodutos e matérias-primas;

II - o pescado e seus derivados;

III - o leite e seus derivados;

IV - os ovos e seus derivados;

V - os produtos das abelhas e seus respectivos derivados;

VI - os produtos de origem vegetal em natura e ou minimamente processados;

Art. 4º. No exercício de suas atividades, o Serviço de Inspeção Municipal – SIM deverá notificar o Serviço de Defesa Sanitária do Estado do Rio Grande do Norte sobre as enfermidades passíveis de aplicação de medidas sanitárias.

Art. 5º. As regras estabelecidas nesta Lei têm por objetivo garantir a proteção da saúde da população, a identidade, a qualidade e a segurança higiênico-sanitária dos produtos de origem animal destinados aos consumidores.

§ 1º. Os produtores rurais, industriais, distribuidores, cooperativas e associações, industriais e agroindustriais, e quaisquer outros operadores do agronegócio são responsáveis pela garantia de que a inocuidade e a qualidade dos produtos de origem animal não sejam comprometidos.

§ 2º. Os produtores rurais e os demais integrantes das cadeias produtivas cooperarão com as autoridades competentes para assegurar maior efetividade dos controles oficiais e a melhoria da inocuidade dos produtos de origem animal.

§ 3º. O Serviço de Inspeção Municipal – SIM trabalhará com objetivo de garantir a inocuidade, a integridade e a qualidade do produto final, publicando normas técnicas e instruções em que a avaliação da qualidade sanitária estará fundamentada em parâmetros técnicos de Boas Práticas Agroindustriais e Alimentares, respeitando quando possível as especificidades locais e as diferentes escalas de produção, e considerando, inclusive, os aspectos sociais, geográficos, históricos e os valores culturais agregados aos produtos.

Art. 6º. É expressamente proibida, em todo o território municipal, para os fins desta Lei, a duplicidade de fiscalização industrial e sanitária em qualquer estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal.

Art. 7º. O Serviço de Inspeção Municipal - SIM respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, provenientes da agricultura familiar, da agroindústria de pequeno porte e da produção artesanal, desde que atendidos os princípios básicos de higiene e a garantia da inocuidade dos produtos, não resultem em fraude ou engano ao consumidor, e atendam às normas específicas vigentes.

Art. 8º. As agroindústrias de pequeno porte, definidas nos termos do artigo 143-A do Decreto Federal nº 8.471, de 22 de junho de 2015 e da Instrução Normativa MAPA nº 5, de 14 de fevereiro de 2017, e as pequenas e microempresas amparadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, terão normas específicas relativas ao registro, inspeção e fiscalização dos estabelecimentos e seus produtos estabelecidas no Decreto que regulamenta esta Lei.

Art. 9º. A fiscalização e a inspeção de produtos de origem animal têm por objetivos:

- I - incentivar a melhoria da qualidade desses produtos;
- II - proteger a saúde do consumidor;
- III - promover o desenvolvimento do setor agropecuário.

Art. 10. O Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal estará vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural e do Meio Ambiente Município de Patu, sendo a execução do Serviço de competência desta Secretaria.

Parágrafo único. O Município de Patu poderá estabelecer parcerias e cooperação técnica com outros Municípios, Estados e a União, participar de consórcio de Municípios para facilitar a gestão e o desenvolvimento de atividades e para a execução do Serviço de Inspeção e

Fiscalização Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, bem como poderá solicitar a adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

Art. 11. O Serviço de Inspeção Sanitária de que trata esta Lei envolverá:

I - a elaboração, a gestão, o planejamento e a auditoria de programas de interesse à Saúde Pública;

II - o suporte e o apoio aos programas de Defesa Sanitária Animal;

III - a divulgação de informações de interesse dos consumidores desses produtos;

IV - o incentivo à educação sanitária, através dos seguintes mecanismos:

a) divulgação da legislação específica;

b) divulgação, no âmbito dos órgãos envolvidos, das ações relativas à inspeção e fiscalização de alimentos;

c) fomento da educação sanitária no ensino fundamental e médio;

d) desenvolvimento de programas permanentes, com a participação de entidades privadas, para conscientizar o consumidor da necessidade da qualidade e segurança dos produtos alimentícios de origem animal.

Art. 12. A inspeção e a fiscalização serão realizadas:

I - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas destinadas à manipulação ou ao processamento de produtos de origem animal;

II - nos estabelecimentos que recebem as diferentes espécies de animais para abate ou industrialização;

III - nos estabelecimentos que recebem o pescado para manipulação ou industrialização;

IV - nos estabelecimentos que produzem e recebem ovos em natureza para expedição ou para industrialização;

V - nos estabelecimentos que recebem o leite e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;

VI - nos estabelecimentos que extraem ou recebem o mel, a cera de abelha e os outros produtos das abelhas para beneficiamento ou industrialização;

VII - nos estabelecimentos que recebam, manipulem, armazenem, conservem, acondicionem ou expedem matérias-primas e produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, procedentes de estabelecimentos registrados ou relacionados.

Art. 13. É da competência do Médico Veterinário Oficial do Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal do Município de Patu, ou cedido ao Município, ou do Consórcio ao qual o Município esteja associado, realizar as atividades de inspeção e fiscalização nos estabelecimentos previstos nesta Lei, que façam comércio:

I - municipal;

II - intermunicipal, enquanto reconhecida a equivalência dos seus serviços de inspeção aos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, através da adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA, do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

Art. 14. Nas casas atacadistas e nos estabelecimentos varejistas destinados ao comércio de produtos de origem animal, a Secretaria da Saúde do Estado e a Secretaria de Saúde do Município procederão às ações de vigilância sanitária, sem prejuízo da fiscalização que pode ser realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

Parágrafo único. O Serviço de Inspeção Municipal - SIM poderá celebrar convênio com os órgãos mencionados no *caput* deste artigo, para estabelecer ações conjuntas na inspeção e na fiscalização dos aspectos higiênico-sanitários dos produtos de origem animal no segmento varejista.

Art. 15. Os estabelecimentos que industrializem produtos de origem animal, seus derivados e subprodutos, deverão ser registrados junto ao Serviço de Inspeção competente.

Art. 16. O Sistema de Inspeção Municipal - SIM poderá também celebrar convênios com Municípios, órgãos e entidades, visando estabelecer ação conjunta para a realização das atividades do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Município de Patu.

Parágrafo único. As ações conjuntas poderão englobar aquelas relacionadas aos aspectos higiênico-sanitários, à proteção e à defesa do consumidor, à saúde, ao abastecimento e à promoção do desenvolvimento do setor agropecuário.

Art. 17. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sua publicação.

§ 1º. A regulamentação de que trata este dispositivo abrangerá:

I - a classificação dos estabelecimentos;

II - as condições e exigências para registro, como também para as respectivas transferências de propriedade;

III - as condições higiênico-sanitárias e tecnológicas dos estabelecimentos;

IV - as condições gerais das instalações, os equipamentos e as práticas operacionais de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte, denominado agroindústria familiar, observados os princípios básicos de higiene dos alimentos, tendo como objetivo a garantia da inocuidade dos produtos de origem animal;

V - os deveres dos proprietários, responsáveis ou seus prepostos;

VI- a inspeção *ante e post mortem* dos animais destinados ao abate;

VII - as questões referentes ao abate humanitário, que garantam o bem-estar dos animais desde a recepção até a operação de sangria;

VIII - a inspeção e a reinspeção de todos os produtos, subprodutos e matérias-primas de origem animal durante as diferentes fases da industrialização e transporte;

IX - a aprovação e a fixação dos padrões de identidade e qualidade dos produtos de origem animal;

X - o registro de rótulos, de marcas e de processos tecnológicos;

XI - a aplicação das penalidades e medidas administrativas por infrações a esta Lei;

XII - as análises laboratoriais;

XIII - o trânsito de matérias-primas, produtos e subprodutos de origem animal;

XIV - o caráter da fiscalização e da inspeção segundo as necessidades do Serviço de Inspeção;

XV - quaisquer outras instruções que se tornarem necessárias para maior eficiência dos trabalhos de fiscalização sanitária.

Art. 18. Ao infrator das disposições desta Lei serão aplicadas, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal cabíveis, as seguintes penalidades e medidas administrativas:

I - advertência, quando o infrator for primário e não se verificar circunstância agravante;

II - multa, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$5.000,00 (cinco mil reais);

III - apreensão da matéria-prima, do produto, do subproduto e dos derivados de origem animal, quando houver indícios de que não apresentam condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou forem adulteradas;

IV - condenação e inutilização da matéria-prima ou do produto, do subproduto ou do derivado de produto de origem animal, quando não apresentem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou forem adulteradas;

V - suspensão da atividade que cause risco ou ameaça à saúde, constatação de fraude ou no caso de embarço à ação fiscalizadora;

VI - interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto, ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

VII - cassação de registro do estabelecimento.

§ 1º. O não recolhimento da multa implicará inscrição do débito na dívida ativa, sujeitando o infrator à cobrança judicial, nos termos da legislação pertinente.

§ 2º. Na aplicação das multas levar-se-á em conta a ocorrência de circunstância agravante, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º. A interdição e a suspensão poderão ser revogadas após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 4º. Se a interdição ultrapassar 12 (doze) meses, será cancelado o registro do estabelecimento ou do produto junto ao órgão de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal.

§ 5º. Ocorrendo a apreensão mencionada no inciso III deste artigo, o proprietário ou responsável pelos produtos será o fiel depositário do produto, cabendo-lhe a obrigação de zelar pela conservação adequada do material apreendido.

Art. 19. As despesas decorrentes da apreensão, da interdição e da inutilização de produtos e subprodutos agropecuários ou agroindustriais serão custeadas pelo proprietário.

Parágrafo único. O Município de Patu terá local adequado para ter em guarda produtos apreendidos, com fixação de taxas.

Art. 20. As infrações administrativas serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento.

Parágrafo único. O regulamento desta Lei definirá o processo administrativo de que trata o *caput* deste artigo, inclusive os prazos de defesa e recurso, indicando ainda os casos que exijam ação ou omissão imediata do infrator.

Art. 21. São autoridades competentes para lavrar auto de infração os servidores do Serviço de Inspeção Municipal - SIM ou servidor do Consórcio Público que for designado para as atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal.

§ 1º. O auto de infração conterá os seguintes requisitos:

I - o nome e a qualificação do autuado;

II - o local, data e hora da sua lavratura;

III - a descrição do fato;

IV - o dispositivo legal ou regulamentar infringido;

V - o prazo de defesa;

VI - a assinatura e a identificação do técnico ou agente de inspeção e fiscalização;

VII - a assinatura do autuado ou, em caso de recusa ou impossibilidade, de duas testemunhas da autuação.

§ 2º. O auto de infração não poderá conter emendas, rasuras ou omissões, sob pena de invalidade.

Art. 22. Os produtos apreendidos nos termos desta Lei e perdidos em favor do Município que, apesar das adulterações que resultaram em sua apreensão, apresentarem condições apropriadas ao consumo humano, serão destinados, prioritariamente, aos programas de segurança alimentar e combate à fome, ou inseridos na merenda escolar da rede municipal de ensino.

§ 1º. Cabe ao Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, órgão da Secretaria de Desenvolvimento Rural e do Meio Ambiente do Município de Patu, dispor sobre a destinação dos produtos apreendidos ou condenados na forma desta Lei.

§ 2º. A destinação dos produtos apreendidos deverá ser feita em articulação com os órgãos e Secretarias municipais que atuem nos programas a que se refere o *caput* deste artigo.

Art. 23. Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como da sua regulamentação, serão resolvidos através de resoluções, decretos, portarias e instruções expedidos pelo Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal.

Art. 24. Fica instituída, no âmbito do Município de Patu, a Taxa de Serviços de Inspeção Sanitária Municipal, nos termos desta Lei, cujo fato gerador é o exercício do poder de fiscalização do Município, através da Secretaria Municipal Desenvolvimento Rural e do Meio Ambiente, visando ao cumprimento das normas legais e regulamentares de inspeção sanitária de produtos de origem animal.

Art. 25. São sujeitos passivos das Taxas de Serviços de Inspeção Sanitária Municipal, de que trata esta Lei, as pessoas físicas e jurídicas, que exerçam atividades direta e indiretamente relacionadas com a indústria de produtos de origem animal e submetidas, nos termos da legislação em vigor, à fiscalização sanitária pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e do Meio Ambiente, através do Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

Art. 26. As Taxas de Serviços de Inspeção Sanitária Municipal, desta Lei, têm como base de cálculo o custo estimado para a manutenção do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, e são cobradas com base na tabela que constitui o Anexo Único desta Lei.

Art. 27. Fica o Prefeito Constitucional do Município autorizado a ajustar, anualmente, caso haja necessidade, os valores das multas e das taxas de serviço estabelecidas nesta Lei, ou fazê-lo em consonância com os demais Municípios consorciados, quando o Serviço de Inspeção Sanitária for executado em parceria com Consórcio Público.

Art. 28. O produto da arrecadação de taxas e multas eventualmente impostas ficará vinculado ao órgão executor e será aplicado no financiamento das atividades de inspeção, fiscalização e capacitação técnica de servidores lotados no Serviço de Inspeção Municipal - SIM, dentre outras ações relacionadas ao SIM.

Parágrafo único. Fica criada uma conta específica do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal, para destinação dos valores acima mencionados.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 30. Revogam-se expressamente a Lei Municipal nº 305, de 26 de março de 2012, e as demais disposições contrárias.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu(RN), 09 de abril de 2024.


Rivelino Câmara
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE PATU

- Aprovado por Unanimidade
 Aprovado _____ Votos X _____ Votos
 Rejeitado _____ Votos X _____ Votos
 Abstenção _____

Patu-RN, 17/04/2024

Edilson ALVES DA COSTA

ANEXO ÚNICO – Taxas de Serviços de Inspeção Sanitária Municipal

| Descrição dos Serviços | Valor da Taxa (em Real R\$) |
|--|---|
| Renovação do Registro de Estabelecimento Industrial que receba, manipule, transforme, elabore, prepare, conserve, acondicione, embale, mantenha em depósito ou rotule produtos de origem animal. | Até 250m ² de área construída..... R\$ 250,00 |
| | Acima de 250m ² até 500m ² de área construída..... R\$ 400,00 |
| | Acima de 500m ² de área construída..... R\$ 700,00 |
| Inspeção de abate de Bovinos e Bubalinos | R\$ 0,40 por animal |
| Inspeção Abate de Suínos, Ovinos e Caprinos | R\$ 0,20 por animal |
| Inspeção Abate de Aves | R\$ 1,00 por centena de animal ou fração |
| Inspeção Abate de Coelho | R\$ 0,20 por animal |
| Inspeção Abate de Rãs | R\$ 0,20 por animal |
| Inspeção de abate de Equinos | R\$ 0,40 por animal |
| Inspeção de abate de Avestruz | R\$ 0,30 por animal |
| Inspeção de abate de Animais Exóticos e Silvestres | R\$ 0,30 por animal |
| Inspeção no beneficiamento de pescados | R\$ 1,00 por cada 100 kg |
| Inspeção de industrialização de leite Bovino e Bubalino | R\$ 1,50 a cada 1.000 litros ou fração |
| Inspeção de industrialização de leite Caprino | R\$ 1,00 a cada 1.000 litros ou fração |
| Inspeção de produtos processados cárneos | R\$ 1,00 por centena de quilo ou fração |
| Inspeção no beneficiamento de ovos de galinhas | R\$ 1,00 por cada 100 dúzias |
| Inspeção no beneficiamento de mel | R\$ 1,00 por centena kg ou fração |
| Emissão de outros documentos zoossanitários | R\$ 50,00 |

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu (RN), 09 de abril de 2024.

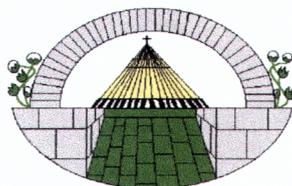
CÂMARA MUNICIPAL DE PATU

- Aprovado por Unanimidade
 Aprovado _____ Votos X _____ Votos
 Rejeitado _____ Votos X _____ Votos
 Abstenção _____

Patu-RN, 17/04/2024

IVANILSON ALVES DA COSTA


Rivelino Câmara
 Prefeito



Estado do Rio Grande do Norte
CÂMARA MUNICIPAL DE PATU
Rua Dr. José Augusto, 90 – Centro – CEP. 59.770-000
CNPJ: 08.396.830/0001-91 Fax: (0xx84) 3361.2276 E-mail: camaramunicipal_patu@hotmail.com

OFÍCIO Nº 016/24 - GP

Patu/RN, em 17 de abril de 2024.

DO: GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATU/RN
Vereadora Lucélia Ribeiro Dantas

PARA: **Rivelino Câmara**
Prefeito Municipal de Patu/RN.

ASSUNTO: Envio de Projeto Nº 004/2024 aprovado

Exm.º. Senhor Prefeito,

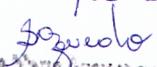
Venho através do presente, encaminhar Projeto ao qual foram proferidos os Pareceres Verbais sendo aprovados por unanimidade de votos na Sessão Ordinária realizada no dia 17 de abril de 2024, abaixo descritos, para que tome conhecimento e providências.

- 1- Projeto de Lei Executivo Nº 004/2024 – PMP** – de autoria do Poder Executivo, que Dispõe sobre o Serviço de inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal no Município de Patu/RN, e dá outras providências.

Sem mais para o momento, renovamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Lucélia Ribeiro Dantas
Presidente da Câmara Municipal de Patu-RN
CNPJ: 08.396.830/0001-91

Rec. 18/04/2024

DORIS PATU
CPF: 672.529.074-49
Auxiliar de Secretária